



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2020  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

**Processo** : TC-003107.989.20  
**Entidade** : Prefeitura Municipal de Igarapava  
**Assunto** : Contas Anuais  
**Exercício** : 2020  
**Prefeito** : José Ricardo Rodrigues Mattar  
**CPF nº** : 162.070.128-60  
**Período** : 01/01/2020 a 31/12/2020  
**Relatoria** : Dr. Sidney Estanislau Beraldo  
**Instrução** : UR-17 / DSF-II

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. José Ricardo Rodrigues Mattar, responsável pelas contas em exame e atual responsável pelo Órgão (doc. 01 deste evento).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

/

/

/

/

/

/



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADO	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (28/06/2021) <sup>1</sup>	30.614 habitantes	2020
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL*	Sistema Audesp (28/06/2021)	R\$ 112.419.125,61	2020
RCL	Sistema Audesp (28/06/2021)	R\$ 97.059.985,38	2020

\*Arrecadação de todo o Município.

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-Planejamento	C ↓	C ↓	C+ ↑
i-Fiscal	C+ ↑	B ↑	C ↓
i-Educ	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-Saúde	B ↓	C ↓	B ↑
i-Amb	C+ ↑	C ↓	C ↑
i-Cidade	C ↑	C	C ↓
i-Gov-TI	B ↑	C ↓	C ↑

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.

Vale registrar que as faixas de resultado são a representação por notas e de forma gráfica dos enquadramentos dos municípios frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCE-SP e que as notas obedecem aos seguintes critérios:

<b>A</b>	Altamente efetiva
<b>B+</b>	Muito efetiva
<b>B</b>	Efetiva
<b>C+</b>	Em fase de adequação
<b>C</b>	Baixo nível de adequação

<sup>1</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/igarapava/panorama>



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Destacamos também que a Prefeitura analisada obteve, nos últimos exercícios apreciados, os seguintes pareceres na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2016	TC-004183.989.16	Desfavorável com recomendações e advertência
2017	TC-006661.989.16	Desfavorável com advertências
2018	TC-004418.989.18	Favorável com recomendações
2019	TC-004759.989.19	Favorável com recomendações*

\*pendente de trânsito em julgado;

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do e. Tribunal de Contas do Estado;
8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Os resultados das fiscalizações efetuadas de forma remota apresentam-se nos relatórios quadrimestrais e no presente (fechamento do exercício), antecidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 15.21 e 35.14 destes autos. Estes foram submetidos a Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Foi autuado o processo TC-014203.989.20-7, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No caso, o presente município decretou situação de emergência e estado de calamidade pública<sup>2</sup>, devidamente reconhecidos pela Assembleia Legislativa Estadual.

/

/

/

/

/

<sup>2</sup> Decretos Municipais nºs 2.226, de 14.03.2020 e 2.233, de 21.03.2020;



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



## **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

### **A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO**

#### **A.1.1. CONTROLE INTERNO**

Cumprir registrar, inicialmente, termos verificado que o Sistema de Controle Interno da Origem foi instituído e regulamentado por intermédio da Lei Municipal nº 738, de 20.12.2016. Constatamos ainda que, por meio da Portaria nº 466/2018, a servidora Luciane Batista Gobbi, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, foi designada como responsável pelo setor.

Ademais, informamos que em atendimento ao art. 74 da Constituição Federal, os respectivos relatórios são redigidos com periodicidade mensal e consolidação quadrimestral, sendo que nos relatórios relativos ao exercício em apreço, foram abordadas questões atinentes à gestão orçamentária, à disponibilidade de recursos, à aplicação na saúde e no ensino, à aplicação de recursos do Fundeb, às despesas com pessoal e encargos sociais, à dívida ativa, às transferências de duodécimos à Câmara Municipal, aos repasses à entidades do terceiro setor e às despesas efetuadas mediante dispensas e licitações, sem que fossem efetuados apontamentos ou sugestões ao Prefeito.

Por fim, registramos que, em entrevista com a servidora responsável pelo setor, apuramos que o Controle Interno do Órgão ora fiscalizado está atuando no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia COVID-19 (Comunicado SDG 17).

#### **A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice ‘C+’**

Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de planejamento da Origem obteve índice ‘C+’ de avaliação, que indica que o Órgão está em fase de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

Este índice de avaliação foi obtido em razão da verificação de diversas ocorrências relacionadas ao setor, dentre as quais destacamos e transcrevemos as seguintes:



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



- ⇒ Não houve levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento para os setores de Serviços Urbanos, Segurança Pública, Saneamento e Defesa Civil;
- ⇒ Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual;
- ⇒ As seguintes variáveis não foram levadas em consideração para o estudo/análise da previsão da receita: programas do governo estadual, programas do governo federal e efeito da Legislação;
- ⇒ A LDO prevê autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação a outra ou de um órgão para outro em percentual acima da inflação;
- ⇒ A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;
- ⇒ Há estrutura administrativa voltada para planejamento, no entanto, a Prefeitura Municipal não possui recursos humanos para operacionalização das atividades deste setor;
- ⇒ O servidor responsável pela contabilidade da Prefeitura Municipal não é ocupante de cargo de provimento efetivo;
- ⇒ Não houve realização de audiências públicas voltadas para avaliar o cumprimento das metas fiscais traçadas no planejamento, conforme previsto no artigo 9, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal no 3º Quadrimestre até o final do mês de fevereiro de 2021;
- ⇒ O Prefeito recebe relatórios mensais sobre a execução orçamentária sem os projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
- ⇒ A Ouvidoria do Poder Executivo não dispõe de Recursos Humanos, Tecnológicos e Materiais para a operacionalização de suas atividades;

Ademais, sob amostragem, não constatamos outras ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



## **PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

### **B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

#### **B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou superavit.

<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>Valores</b>	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 100.691.356,42	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 88.647.083,08	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 4.218.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 1.198.520,64	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 9.024.793,98</b>	<b>8,96%</b>

Oportuno destacar, no entanto que, conforme tratado adiante (vide item B.1.6 – “Encargos” deste relatório), a Origem, em 2020, deixou de recolher montante equivalente a R\$ 6.148.557,50 ao Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, referente às parcelas de março a dezembro dos aportes financeiros para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, previstos no Decreto nº 2.211, de 16.01.2020 (doc. 13 deste evento).

Caso referidas parcelas, que sequer foram empenhadas, tivessem sido tempestivamente recolhidas, o superávit orçamentário descrito no quadro acima seria na verdade de R\$ 2.876.236,48, resultado equivalente a 2,86% das receitas realizadas no exercício.

Ademais, importante ressaltar termos constatado, conforme quadro abaixo (extraído do Sistema Audesp), a abertura de créditos adicionais e a





## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 36.989.373,90 (considerados todos os órgãos componentes do orçamento), o que corresponde a 28,90% da despesa inicialmente fixada pela Lei Orçamentária Anual (doc. 09 deste evento), ou seja, R\$ 128.012.350,00, índice que, s.m.j., ratifica o baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP descrito no item A.2 deste relatório (IEG-M / I-Planejamento).

- Percentual autorizado: 15.00%

TOTAL GERAL					
SUPLEMENTAÇÃO			ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO		
ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
R\$ 22.293.150,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.429.077,00	R\$ 11.267.146,30	R\$ 0,00

Informamos também que, conforme descrito no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, extraído do Sistema Audesp e inserido no doc. 12 deste evento, o Município, em 2020, realizou investimentos da ordem de R\$ 6.215.440,41<sup>3</sup>, valor que correspondente a 6,40% da Receita Corrente Líquida (R\$ 97.059.985,38).

Registramos finalmente que o resultado da execução orçamentária e os investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento/RCL*
2020	(+) R\$ 9.024.793,98	(+) 8,96%	6,40%
2019	(+) R\$ 3.365.334,54	(+) 3,58%	2,56%
2018	(-) R\$ 118.966,78	(-) 0,14%	0,74%
2017	(+) R\$ 3.902.547,53	(+) 5,20%	1,74%

\*Considerando todo o Município;

/

/

/

<sup>3</sup> Valor liquidado e consideradas todas as fontes de recursos;





**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



## **B.1.1.2. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL**

### **B.1.1.2.1. DOS PROGRAMAS / AÇÕES GOVERNAMENTAIS**

Segundo informações prestadas pela Origem, não houve criação, aperfeiçoamento nem ampliação de programas nem de ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19 (Item 07 do questionário de gestão de enfrentamento da Covid-19 referente ao mês de dezembro de 2020, inserido no evento 38.2 do TC. TC-014203.989.20-7).

### **B.1.1.2.2. DAS RECEITAS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

### **B.1.1.2.3. DAS DESPESAS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

### **B.1.1.2.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

## **B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL**

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 12.053.095,32	R\$ (2.843.723,37)	-523,85%
Econômico	R\$ 8.027.988,13	R\$ 10.216.736,85	-21,42%
Patrimonial	R\$ 7.982.582,91	R\$ (153.853,99)	-5288,41%



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



O resultado da execução orçamentária assim influenciou o resultado financeiro:

Resultado financeiro do exercício anterior	2019	-R\$ 2.843.723,37
Ajustes por Variações Ativas	2020	R\$ 5.872.024,71
Ajustes por Variações Passivas	2020	
Resultado Financeiro Retificado do exercício de	2019	R\$ 3.028.301,34
Resultado Orçamentário do exercício de	2020	R\$ 9.024.793,98
Resultado Financeiro do exercício de	2020	R\$ 12.053.095,32

Haja vista os números do quadro acima, o superavit orçamentário do exercício em exame foi suficiente para reverter o deficit financeiro vindo do exercício anterior.

Cumpra esclarecer que os ajustes por variações ativas no valor de R\$ 5.872.024,71 decorrem de cancelamentos de restos a pagar processados e não processados, escriturados respectivamente sob os códigos contábeis 6.3.1.9.0.00.00 e 6.3.2.9.0.00.00.

Segundo apurado, dentre os cancelamentos de restos a pagar acima mencionados, um montante equivalente a R\$ 4.342.111,63 referem-se a débitos sobre os quais existem disputas judiciais (doc. 14 deste evento) e que, autorizados pela Lei Municipal nº 924, de 15.12.2020 (doc. 15 deste evento), foram desconsiderados da Dívida Flutuante do Município e incluídos na Dívida Fundada.

### B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Em que pese o superávit financeiro apresentado pela Prefeitura no encerramento do exercício examinado, verificamos, um aumento de 85,86% no saldo da dívida de curto prazo. Ademais, considerando o índice de liquidez imediata de apenas 0,8295, denota-se que a Prefeitura não possui liquidez suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo na ordem de R\$ 5.120.622,87<sup>4</sup>, equivalente isso a 5,28% de sua Receita Corrente Líquida.

<sup>4</sup> Disponibilidades (R\$ 24.904.193,82, sendo R\$ 16.738.276,70 referentes a equivalentes de caixa e R\$ 8.165.917,12 referentes ao saldo existente nas contas de precatórios do TJSP) menos Passivo Circulante (R\$ 30.024.816,69);

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Obrig Trab. Prev. e Assist. a pagar CP	2.246.826,41	52.434.855,74	41.635.355,29	13.046.326,86
Empréstimos e Financiamentos CP	123.675,40	3.991.334,63	3.950.962,96	164.047,07
Fornecedores e Contas a pagar CP	12.190.173,87	47.931.363,32	44.710.303,58	15.411.233,61
Obrigações Fiscais a CP		928.723,17	928.723,17	-
Provisões e demais obrig. CP	1.593.578,72	18.910.279,49	19.100.649,06	1.403.209,15
<b>Total</b>	<b>16.154.254,40</b>	<b>124.196.556,35</b>	<b>110.325.994,06</b>	<b>30.024.816,69</b>
Inclusões da Fiscalização	-	-		
Exclusões da Fiscalização				
<b>Total Ajustado</b>	<b>16.154.254,40</b>	<b>124.196.556,35</b>	<b>110.325.994,06</b>	<b>30.024.816,69</b>
<b>Índice de Liquidez Imediata</b>	Disponib. de caixa	R\$ 24.904.193,82	<b>0,8295</b>	
	Passivo Circulante	R\$ 30.024.816,69		

#### B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
<b>Dívida Mobiliária</b>			
<b>Dívida Contratual</b>	670.262,72		
<b>Precatórios</b>	18.076.082,30	18.343.430,72	-1,46%
<b>Parcelamento de Dívidas:</b>	-	-	
<b>De Tributos</b>			
<b>De Contribuições Sociais</b>	-	-	
<b>Previdenciárias</b>			
<b>Demais contribuições sociais</b>			
<b>Do FGTS</b>			
<b>Outras Dívidas</b>	18.764.615,59	27.005.864,42	-30,52%
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>37.510.960,61</b>	<b>45.349.295,14</b>	<b>-17,28%</b>
<b>Ajustes da Fiscalização</b>			
<b>Dívida Consolidada Ajustada</b>	<b>37.510.960,61</b>	<b>45.349.295,14</b>	<b>-17,28%</b>

Denota-se, da análise do quadro supra, uma redução de 17,28% no saldo da dívida de longo prazo da Origem ao longo do exercício em análise.

Os parcelamentos estão sendo tratados nos itens B.1.6.1 – “Parcelamentos de débitos previdenciários” e B.1.6.2 – “Demais parcelamentos



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



(FGTS/PASEP)”, deste relatório.

### B.1.5. PRECATÓRIOS

Cumpra registrar inicialmente termos apurado que a Origem firmou, com o Departamento de Precatórios do E. Tribunal de Justiça do Estado, o acordo inserido no Proc. 9000521-19.2015.8.26.0500/03, no qual, além de ter adotado o Regime Especial Mensal para quitação de sua dívida com Precatórios, também se comprometeu a recolher mensalmente quantia equivalente a 2,77% de sua Receita Corrente Líquida.

Ademais, constatamos, após análise dos comprovantes e peças contábeis<sup>5</sup>, que, ao longo de 2020, os recolhimentos relativos ao exercício em apreço efetuados junto ao DEPRE-TJSP totalizaram um montante de R\$ 2.424.161,34, conforme exposto no quadro abaixo:

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS - CONFORME BAL. PATRIMONIAL	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ 18.343.430,72
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 1.834.602,47
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 2.424.161,34
Ajustes da Fiscalização	R\$ 322.210,45
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 18.076.082,30

Oportuno esclarecer ainda que o acréscimo no valor de R\$ 322.210,45 efetuado no quadro supra refere-se ao pagamento das últimas cinco parcelas do Termo de Compromisso nº 04/2018 (ajuste firmado pela Origem para quitação de insuficiência apurada em relação aos depósitos praticados no exercício de 2017, no valor de R\$ 1.417.725,77, parcelada em 22 prestações mensais de R\$ 64.442,09, com início do pagamento em julho de 2018).

Os valores relativos a precatórios contabilizados pela Origem em seu balancete e em seu balanço patrimonial devem, no entanto, ser analisados com ressalvas, haja vista divergirem daqueles disponibilizados no Mapa Anual de Precatórios do Conselho Nacional de Justiça (doc. 16 deste evento), no qual

<sup>5</sup> Notas de empenho, balanço patrimonial e balancete do mês 13;



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



consta que, em 31.12.2020, o estoque de precatórios da Prefeitura equivalia a R\$ 16.604.844,85.

Além disso, verificamos que nenhum dos valores acima está ajustado ao constante no Mapa de Precatórios informado pela Origem ao Sistema Audep em relação ao exercício de 2020 (docs. 17 deste evento), no qual consta um estoque de precatórios de R\$ 20.613.096,50 ao final do exercício, ocorrência que, além de ratificar a falta de fidedignidade dos valores contabilizados, ainda configura ofensa aos princípios da Transparência Fiscal (art. 1º, § 1º, da LRF) e da Evidenciação Contábil (art. 83, da Lei Federal nº 4.320/64).

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Não
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto aos Tribunais?	Sim
03	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado

Já no que tange aos requisitórios de baixa monta, apuramos, conforme descrito no quadro abaixo, que foram regularmente pagos todos os valores incidentes no exercício:

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
<b>Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior</b>	
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 41.989,69
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 41.989,69
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
<b>Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame</b>	<b>R\$ -</b>

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitórios de baixa monta?	Sim
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitórios de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício?	Sim







## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



APURAÇÃO DO PAGAMENTO DO PISO				
EXERCÍCIO EM EXAME	2020	ALÍQUOTA (ref. dez/2019)		2,770%
RCL-mês de ref.	nov/2019	dez/2019	jan/2020	fev/2020
RCL - valor	R\$ 88.557.367,60	R\$ 91.492.591,33	R\$ 90.753.350,29	R\$ 91.512.121,78
MÊS DE COMPETÊNCIA	jan/2020	fev/2020	mar/2020	abr/2020
ALÍQUOTA (ref. dez/2019)	2,770%	2,770%	2,770%	2,770%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 2.453.039,08	R\$ 2.534.344,78	R\$ 2.513.867,80	R\$ 2.534.885,77
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 204.419,92	R\$ 211.195,40	R\$ 209.488,98	R\$ 211.240,48
RCL-mês de ref.	mar/2020	abr/2020	mai/2020	jun/2020
RCL - valor	R\$ 92.089.220,53	R\$ 91.104.586,04	R\$ 91.498.166,65	R\$ 93.254.899,43
MÊS DE COMPETÊNCIA	mai/2020	jun/2020	jul/2020	ago/2020
ALÍQUOTA (ref. dez/2019)	2,770%	2,770%	2,770%	2,770%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 2.550.871,41	R\$ 2.523.597,03	R\$ 2.534.499,22	R\$ 2.583.160,71
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 212.572,62	R\$ 210.299,75	R\$ 211.208,27	R\$ 215.263,39
RCL-mês de ref.	jul/2020	ago/2020	set/2020	out/2020
RCL - valor	R\$ 91.551.644,37	R\$ 94.531.276,34	R\$ 96.787.661,24	R\$ 95.987.939,74
MÊS DE COMPETÊNCIA	set/2020	out/2020	nov/2020	dez/2020
ALÍQUOTA (ref. dez/2019)	2,770%	2,770%	2,770%	2,770%
VALOR CALCULADO PERCENTUALMENTE	R\$ 2.535.980,55	R\$ 2.618.516,35	R\$ 2.681.018,22	R\$ 2.658.865,93
VALOR A SER DEPOSITADO (1/12 do VALOR CALCULADO)	R\$ 211.331,71	R\$ 218.209,70	R\$ 223.418,18	R\$ 221.572,16
VALOR MÍNIMO A SER DEPOSITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM EXAME				R\$ 2.560.220,57
MONTANTE DEPOSITADO REFERENTE AO EXERCÍCIO EM EXAME				R\$ 2.424.161,34
ATENDIMENTO AO PISO				NÃO ATENDIDO

Conforme já exposto, cabe ressaltar que não foi considerado como “montante depositado referente ao exercício em exame” o valor de R\$ 322.210,45, concernentes a depósitos e/ou insuficiências de exercícios anteriores.

Por fim, vale destacar que, em que pese os levantamentos técnicos efetuados pelo DEPRE no Proc. 9000521-19.2015.8.26.0500/03 tenham apurado a suficiência dos depósitos efetuados pela Origem nas contas do TJSP em 2020 (doc. 18 deste evento), nossos cálculos, expostos no quadro acima, indicam que os recolhimentos efetuados ao longo do exercício em apreço



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



somaram um montante R\$ 136.059,23 inferior ao necessário para atingimento da alíquota de 2,77% da Receita Corrente Líquida Mensal do Município no período.

### B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Sim
4	PASEP:	Sim

Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Instituto de Previdência Municipal de Igarapava – Prev Igarapava, cujas contas estão abrigadas no Processo TC-004536.989.20-5.

Registramos também que, conforme determinação judicial, o Município, em 31.12.2020, dispunha de CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.

Por fim, conforme já mencionado no item B.1.1 – “Resultado da Execução Orçamentária, em relação aos aportes financeiros para o equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, previstos no Decreto nº 2.211, de 16.01.2020 (doc. 13 deste evento), a Origem providenciou o recolhimento apenas das parcelas relativas aos meses de janeiro e fevereiro<sup>6</sup>. As demais parcelas vencidas no exercício, referentes aos meses de março a dezembro, montante equivalente a R\$ 6.148.557,50, não foram sequer empenhadas.

Amparado pela Lei Municipal nº 925, de 29.12.2020 (doc. 19 deste evento), a Prefeitura Municipal firmou, em 05.02.2021, o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CadPrev nº 00423/2021 - doc. 20 deste evento), no qual comprometeu-se a saldar seu saldo devedor em 48 parcelas mensais, sendo a primeira com vencimento previsto para o dia 10.03.2021

<sup>6</sup> Vide Notas de Empenho nºs 5421, 10160, 10931 e 12136;



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



#### **B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**

Apuramos que a Prefeitura em apreço não possuía vigente em 2020 nenhum acordo de parcelamento de débitos previdenciários junto ao INSS.

Verificamos, contudo, a existência de quatro reparcelamentos firmados com o Regime Próprio de Previdência Municipal – *Prev Igarapava* e autorizados pelas Leis Municipais nº 756 e 757 (ambas de 29.08.2017), conforme descrito no quadro que segue:

Lei Municipal autorizadora	Nº do acordo	Valor total parcelado	Quantidade de parcelas	Vencimento da primeira parcela	Parcelas pagas em 2020
756/2017	1828/17	R\$ 3.211.236,72	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
756/2017	1829/17	R\$ 539.800,88	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
756/2017	1830/17	R\$ 9.868.252,11	200	10/12/2017	12 (26ª a 37ª)
757/2017	0052/18	R\$ 3.742.299,50	60	20/01/2018	12 (25ª a 36ª)
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 17.361.589,21</b>			

Além dos ajustes acima referidos, constatamos ainda a existência de um parcelamento firmado em 2011 com o RPPS referente a um aporte financeiro autorizado pela Lei Municipal nº 498, de 31.08.2011 e concedido nos termos da Portaria MPS nº 403/2008.

Referido aporte, inicialmente calculado no valor total de R\$ 17.650.757,63, seria liquidado em 420 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 42.025,61, sendo a primeira parcela com vencimento em outubro de 2011.

Ocorre que, segundo apurado, apenas as 35 primeiras parcelas deste ajuste foram regularmente pagas, de forma que, entre o período compreendido entre setembro de 2014 e dezembro de 2017, a Origem não efetuou o recolhimento das parcelas vencidas.

Conforme descrito no quadro que segue, os pagamentos destas parcelas só foram retomados no início de 2018:

/

/



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Lei Municipal autorizadora	Nº do acordo	Valor total parcelado	Quantidade de parcelas	Parcelas devidas em 2018*	Parcelas pagas no período
498/2011	392/11	R\$ 17.650.757,63	420	da 101ª à 111ª	11*
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 17.650.757,63</b>			

\*A parcela nº 100, com vencimento em janeiro de 2020 foi antecipadamente empenhada, liquidada e paga no exercício anterior (NE 12933/2019);

Do acima exposto, constatamos que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado, não havendo parcelas pendentes de pagamento em 31.12.2020 em relação a nenhum dos ajustes acima tratados.

### B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

Conforme apurado por esta Fiscalização, a Prefeitura não possui vigentes parcelamentos relativos a FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço nem a PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

### B.1.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses efetuados pela Origem à Câmara Municipal em 2020 foram na ordem de R\$ 4.218.000,00, montante inferior ao limite previsto no art. 29-A, inc. I, da Constituição Federal que, no caso, seria de R\$ 4.936.195,21<sup>7</sup>.

### B.1.8. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.

<sup>7</sup> Valor equivalente a 7% da Receita Tributária Ampliada do exercício anterior, que foi de R\$ 70.517.074,45.



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



### B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2019	Abr 2020	Ago 2020	Dez 2020
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
<b>Gasto Informado</b>	R\$ 43.608.285,38	R\$ 42.158.420,49	R\$ 40.565.713,40	R\$ 38.214.404,74
Inclusões da Fiscalização	R\$ 2.862.705,41			R\$ 3.022.180,51
Exclusões da Fiscalização				
<b>Gastos Ajustados</b>	R\$ 46.470.990,79	R\$ 42.158.420,49	R\$ 40.565.713,40	R\$ 41.236.585,25
<b>Receita Corrente Líquida</b>	R\$ 91.492.591,33	R\$ 91.104.586,04	R\$ 94.531.276,34	R\$ 97.059.985,38
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
<b>RCL Ajustada</b>	R\$ 91.492.591,33	R\$ 91.104.586,04	R\$ 94.531.276,34	R\$ 97.059.985,38
% Gasto Informado	47,66%	46,27%	42,91%	39,37%
% Gasto Ajustado	50,79%	46,27%	42,91%	42,49%

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 38.214.404,74, o que representa um percentual de 39,37% da Receita Corrente Líquida (R\$ 97.059.985,38).

De nossa parte, no entanto, cumpre registrar termos providenciado a inclusão de montante equivalente a R\$ 3.022.180,51 referente às despesas empenhadas ao longo do exercício em favor da empresa “União Saúde e Apoio” que, por terem sido contabilizadas pela Origem sob os subelementos 33903900 – “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” e 33903950 – “Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais”, deixaram de ser computadas pelo Sistema Audesp no montante de gastos de pessoal descrito no Relatório de Gestão Fiscal.

Importante esclarecer que as despesas supramencionadas decorrem da prestação dos serviços descritos no Contrato nº 001/2017 e no Contrato de Gestão nº 044/2019, cujos objetos são “a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde desenvolvidos nas Unidades de Saúde da Família do Município” e “o fornecimento de serviços médicos em especialidades diversas”.

Ocorre que, conforme apurado por esta Fiscalização, referidas contratações caracterizam-se como evidente terceirização de mão de obra, pois



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



podem ser descritas como simples substituição de servidores públicos por profissionais da saúde e equipes de apoio para executarem atividades rotineiras e de natureza permanente, pertencentes à atividade-fim da Prefeitura.

Além disso, também reforça esta constatação, o fato dos serviços contratados serem prestados nas unidades públicas de saúde do Município, utilizando-se da infraestrutura, instalações, equipamentos, materiais e medicamentos fornecidos pela própria Prefeitura.

Por fim, cabe destacar que o Contrato de Gestão nº 006/2016, acima mencionado, foi objeto de seletividade desta E. Corte de Contas e considerado irregular (vide TC-021534.989.19), constatando-se na oportunidade afronta ao art. 37 da Constituição Federal e indevida redução dos limites de despesa de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

### B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>Efetivos</b>	1.574	1574	675	650	899	924
<b>Em comissão</b>	123	116	32	34	91	82
<b>Total</b>	<b>1697</b>	<b>1690</b>	<b>707</b>	<b>684</b>	<b>990</b>	<b>1006</b>
<b>Temporários</b>	<b>2019</b>		<b>2020</b>		<b>Em 31.12 do 2020</b>	
<b>Nº de contratados</b>	117		15		89	

No exercício examinado foram realizadas 18 (dezoito) nomeações de servidores para cargos em comissão, cujas atribuições possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da Constituição Federal) (relação inserida no doc. 21 deste evento).

As atribuições dos mencionados cargos foram definidas através da Lei Complementar nº 053, de 18.07.2017, que dispôs sobre a reorganização da estrutura administrativa do Município em apreço (doc. 29 deste evento).

Julgamos, no entanto, ressaltar que, analisando o quadro de cargos em comissão descrito na legislação referida e abaixo reproduzido, verificamos que, dos 37 cargos de livre nomeação e exoneração previstos





## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



naquele instrumento normativo, apenas para os cargos de assessor de comunicação e de assessor de gabinete são exigidos formação de nível superior aos interessados, estabelecendo-se, para os demais, apenas a conclusão do ensino médio.

### QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

QTDE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA	REQUISITOS
01	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	CC 02	ENSINO SUPERIOR
01	ASSESSOR DE GABINETE	CC 01	ENSINO SUPERIOR
01	CHEFE DE GABINETE	CC 04	ENSINO MÉDIO
01	CHEFE DE PLANEJAMENTO E METAS	CC 04	ENSINO MÉDIO
10	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CC 04	ENSINO MÉDIO
23	CHEFE DE DIVISÃO	CC 03	ENSINO MÉDIO

*\*Lei Complementar nº 053, de 18.07.2017;*

Ocorre que, considerando a importância e a complexidade que os cargos de livre nomeação e exoneração guardam na Administração Pública, bem como o grau de responsabilidade e confiança esperado dos servidores que para eles são indicados, entendemos que imprescindível seria, ao menos, a exigência de formação de nível superior dos nomeados, escolaridade compatível com a complexidade destes cargos, cujas atribuições devem possuir características de direção, chefia e assessoramento.

Desta forma, seguindo posicionamento deste Tribunal de Contas sobre a matéria<sup>8</sup>, bem como orientação traçada no item “8” do Comunicado SDG nº 32/2015, publicado no DOE de 18/08/2015<sup>9</sup>, entendemos que a escolaridade exigida pela Origem para a grande maioria dos cargos em comissão acima descritos (nível médio) se revela incompatível com a especialidade exigida para o exercício dos mesmos.

Por fim, julgamos oportuno registrar que, das 18 (dezoito) nomeações para cargos em comissão no exercício examinado, 17 (dezessete) destinavam-se para algum dos cargos cuja formação requerida é de apenas o ensino médio.

<sup>8</sup> Vide TC-002573/026/12;

<sup>9</sup> “As leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado”.



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



### B.1.9.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Segundo apurado, a Origem, utilizando-se de listas classificatórias dos candidatos aprovados no processo seletivo nº 01/2018, realizou 15 (quinze) contratações de pessoal por tempo determinado ao longo do exercício em apreço para os cargos de Agente Comunitário, Assistente Social, Auxiliar Administrativo e Médico Veterinário.

Por amostragem, a Fiscalização analisou essas admissões quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, não detectando ocorrências dignas de nota.

### B.1.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Inicialmente, cumpre registrar que os subsídios do Prefeito (R\$ 15.000,00) e do Vice-Prefeito (R\$ 6.000,00) foram ambos fixados pela Lei Municipal nº 01, de 13.01.2012, sendo que, nos exercícios posteriores, inclusive em 2020, não houve revisão desses valores, nem nova fixação de subsídios.

Ademais, conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados e, segundo apurado junto à Origem, não ocorreram situações de acúmulo de cargos ou funções no exercício em exame envolvendo os agentes políticos do Poder Executivo.

Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V, da Constituição Federal?	Sim
02	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado
03	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado
04	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
05	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Prejudicado

/

/



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



## **B.1.11. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO**

### **B.1.11.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

#### **B.1.11.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS**

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audesp, demonstra a apuração do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

<b>Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:</b>	<b>2020</b>
<b>Disponibilidade Financeira em 30.04</b>	<b>R\$ 7.882.280,58</b>
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04	R\$ 7.596.337,81
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04	R\$ 2.693.413,15
(-) Valores Restituíveis	R\$ 1.538.237,15
<b>Ilíquidez em 30.04</b>	<b>R\$ (3.945.707,53)</b>
<b>Disponibilidade Financeira em 31.12</b>	<b>R\$ 16.738.276,70</b>
(-) Saldo de Restos a Pagar em 31.12	R\$ 3.253.253,60
(-) Cancelamentos de Empenhos Liquidados	
(-) Cancelamentos de Restos a Pagar Processados	
(-) Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo	
(-) Valores Restituíveis	R\$ 1.351.019,42
<b>Liquidez em 31.12</b>	<b>R\$ 12.134.003,68</b>

*\*Apuração a partir de informações fornecidas pela Origem ao Sistema Audesp.*

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12/2020 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder.

#### **B.1.11.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO**

No exercício em análise o município não realizou operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO.

/

/

/

/

/



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



### **B.1.11.1.3. DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DO MANDATO**

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:						
Mês	Despesas de Pessoal		Receita Corrente Líquida	%	Parâmetro	
06	R\$	40.735.170,11	R\$	93.254.899,43	43,6815%	43,6815%
07	R\$	40.740.855,92	R\$	91.551.644,37	44,5004%	
08	R\$	40.565.713,40	R\$	94.531.276,34	42,9125%	
09	R\$	40.174.610,26	R\$	96.787.661,24	41,5080%	
10	R\$	36.899.472,97	R\$	87.892.465,93	41,9825%	
11	R\$	33.672.894,23	R\$	80.097.536,20	42,0399%	
12	R\$	41.236.585,25	R\$	97.059.985,38	42,4857%	
Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:					1.20%	

Conforme apurado no quadro anterior (última linha) não houve aumento da taxa da despesa de pessoal, restando por isso atendido o art. 21, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **B.1.11.2. LEI ELEITORAL (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)**

#### **B.1.11.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS**

Não ocorreram alterações remuneratórias a partir de 07 de abril, cumprindo-se, desta forma, as restrições impostas pelo art. 73, inc. VIII, da Lei Eleitoral.

#### **B.1.11.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL**

Verificamos que o Município, em cumprimento às vedações impostas pelo art. 73, VI, “b” da Lei Eleitoral<sup>10</sup>, não efetuou gastos com

<sup>10</sup> Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

(...)

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

(...)

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito;



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



publicidade (subelemento 3.3.90.39.88 – serviços de publicidade e propaganda) após o dia 15 de agosto de 2020.

Apuramos ainda que, até a data supramencionada, os gastos liquidados de publicidade (subelemento 3.3.90.39.88 – serviços de publicidade e propaganda) não superaram a média dos gastos nos dois primeiros quadrimestres dos três últimos exercícios financeiros (2017 a 2019), observando a premissa contida no art. 73, VII da Lei Eleitoral, alterada pelo art. 1º, § 3º, inc. VII da Emenda Constitucional nº 107, de 02.07.2020<sup>11</sup>, conforme demonstrado:

Publicidade em ano eleitoral				
Períodos:	1º e 2º quadr./2017	1º e 2º quadr./2018	1º e 2º quadr./2019	até 15/08/2020
Despesas:	R\$ 47.501,00	R\$ 83.197,51	R\$ 47.600,00	R\$ 2.072,00
Média apurada dos períodos dos exercícios anteriores				R\$ 59.432,84

### B.1.11.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

Conforme apurado junto à Origem, no exercício em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

### B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice ‘C’

Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta Fiscalização, o Setor Fiscal da Origem obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

Este índice de avaliação foi obtido em razão da verificação de diversas ocorrências relacionadas ao setor, dentre as quais destacamos e

<sup>11</sup> Art. 1º As eleições municipais previstas para outubro de 2020 realizar-se-ão no dia 15 de novembro, em primeiro turno, e no dia 29 de novembro de 2020, em segundo turno, onde houver, observado o disposto no § 4º deste artigo.

(...)

§ 3º Nas eleições de que trata este artigo serão observadas as seguintes disposições:

(...)

VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



transcrevemos as seguintes:

- *Não houve a disponibilização de recursos orçamentários e materiais para operacionalização das atividades relacionadas à Administração Tributária;*
- *Em que pese tratar-se de carreira específica ou típica de Estado, a Prefeitura Municipal possui um funcionário terceirizado em cargos de fiscais da administração tributária;*
- *Não há disponibilização de programas de treinamentos específicos aos fiscais tributários, o que pode comprometer a atualização do conhecimento e a adequada execução das atividades inerentes ao cargo;*
- *Não houve revisão periódica do Cadastro Imobiliário, fato que pode comprometer a arrecadação e a justiça tributária;*
- *O Código Tributário Municipal não prevê a revisão periódica obrigatória da Planta Genérica de Valores (PGV), comprometendo a transparência e a eficiência da gestão fiscal;*
- *Os dados da Planta Genérica de Valores (PGV) e do Cadastro Imobiliário não atualizam automaticamente a base de cálculo do IPTU;*
- *Não houve divulgação do Parecer Prévio do TCE na página eletrônica da Prefeitura;*
- *Não houve divulgação, em tempo real, das receitas arrecadadas e dos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, contrariando o artigo 48-A, inciso II, da LC nº 101/2000;*

Oportuno aqui destacar termos verificado que todos os pontos relacionados ao índice I-Fiscal, tais como análise da receita, despesa e execução orçamentária, pagamento de precatórios, resultados financeiro, econômico e patrimonial, recebimentos e cancelamentos de dívida ativa, despesa com pessoal, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e transparência, foram abordados por esta Fiscalização em itens próprios deste relatório.

Ademais, sob amostragem, não constatamos outras ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.







## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



### PERSPECTIVA C: ENSINO

#### C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Conforme informado ao Sistema Audesp, a despesa educacional atingiu 27,20% da receita resultante de impostos, 100% do Fundeb recebido, sendo 77,14% na aplicação com magistério.

De nossa parte, verificamos o que segue:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			
<b>RECEITAS</b>	R\$	62.539.309,16	
Ajustes da Fiscalização			
<b>Total de Receitas de Impostos - T.R.I.</b>	R\$	62.539.309,16	
FUNDEB - RECEITAS			
Retenções	R\$	10.393.065,13	
Transferências recebidas	R\$	15.937.846,72	
Receitas de aplicações financeiras	R\$	3.002,56	
Ajustes da Fiscalização			
<b>Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.</b>	R\$	15.940.849,28	
FUNDEB - DESPESAS			
Despesas com Magistério	R\$	12.296.332,09	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)			
<b>Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)</b>	R\$	12.296.332,09	77,14%
Demais Despesas	R\$	3.644.946,27	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)			
<b>Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)</b>	R\$	3.644.946,27	22,87%
<b>Total aplicado no FUNDEB</b>	R\$	15.941.278,36	100,00%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO			
Educação Básica (exceto FUNDEB)	R\$	6.619.006,64	
<b>Acréscimo: FUNDEB retido</b>	R\$	10.393.065,13	
<b>Dedução: Ganhos de aplicações financeiras</b>	-R\$	231,84	
<b>Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno</b>			
<b>Aplicação apurada até o dia 31.12 2020</b>	R\$	17.011.839,93	27,20%
<b>Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%</b>			
<b>Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 2021</b>			
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios	-R\$	597.893,93	
<b>Aplicação final na Educação Básica</b>	R\$	16.413.946,00	26,25%
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO			
<b>Receita Prevista Realizada</b>	R\$	72.495.300,00	
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$	18.487.700,00	
<b>Índice Apurado</b>		25,50%	



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Conforme apurado pela Fiscalização, o município aplicou 26,25%, cumprindo o art. 212 da Constituição Federal.

Ainda, houve utilização de todo o Fundeb recebido, inclusive pagamentos dos Restos a Pagar<sup>12</sup>, observando-se o art. 21 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Demais disso, verificamos que relativamente ao Fundeb, empregou o município 77,14% na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Não obstante as aulas presenciais, incluindo o ensino infantil (creche e pré-escola) e fundamental (anos iniciais e finais), tenham sido suspensas ao longo do exercício, apuramos, com base nos dados informados ao IEG-M, que não há demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município.

Ademais, vale registrar que o Município cumpriu o piso nacional mínimo do magistério público da educação básica para o exercício de 2020, definido com base na Lei 11.738/08, eis que o piso municipal para carga horária de 25 horas semanais foi de R\$ 2.565,00 para professores PEB I e R\$ 2.797,50 para professores PEB II, valores superiores ao piso nacional, que foi de R\$ 1.803,90<sup>13</sup>.

Por outro lado, conforme apurado junto à Origem, em desatendimento aos termos constantes na Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, não houve implementação dos serviços de serviço social nem de psicologia educacional na rede pública escolar.

/

/

/

<sup>12</sup> NE 11926 (R\$ 41.551,82);

<sup>13</sup> Valor proporcional à remuneração de R\$ 2.886,24 para carga horária de 40 horas semanais;



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



### AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

Inclusões	2020	REC. PRÓPRIOS	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%
<b>Total das inclusões</b>		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Exclusões	2020			
Cancelamento de Restos a Pagar				
Pessoal: desvio de função (salário/encargos)				
Despesas com Ensino Médio ou Superior				
Despesas com Merenda Escolar		R\$ 190.316,91		
Despesas com Uniforme Escolar		R\$ 157.000,20		
RP Próprios não pagos até 31.01 de	2021	R\$ 250.576,82		
RP Fundeb não pagos até 31.03 de	2021			
Outras despesas não amparadas pelo art. 70, LDB				
<b>Total das exclusões</b>		R\$ 597.893,93	R\$ -	R\$ -

Depreende-se, da análise do quadro supra, que não foram verificadas despesas efetuadas com recursos do Fundeb em desatendimento aos preceitos contidos na Lei Federal nº 11.494/07.

Por outro lado, em relação às despesas do Ensino Municipal custeadas com recursos do próprio Tesouro, esta Fiscalização providenciou a exclusão dos restos a pagar não quitados até o dia 31.01.2021, ou seja, R\$ 250.576,82, bem como do valor descrito na Nota de Empenho nº 2267 (R\$ 157.000,20) referente ao fornecimento de uniformes escolares e nas notas de empenho abaixo relacionadas, escrituradas sob o subelemento 3.3.9.0.30.07 (gêneros de alimentação) e emitidas para o pagamento de fornecedores de insumos para a merenda escolar no valor total de R\$ 190.316,91:

Relação de Empenhos excluídos pela Fiscalização - Merenda Escolar					
272	947	1669	1835	4916	8425
275	975	1684	2080	5358	8581
277	1258	1685	2085	5360	8998
278	1273	1686	2086	5362	9107
279	1274	1687	2252	7335	9110
280	1276	1688	2263	7338	9417
283	1279	1822	3260	7664	10140
819	1289	1825	3564	7687	10141
932	1293	1831	3914	7691	10704
945	1332	1832	4844	7703	10709
946	1668	1834	4914	8108	10902



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



### **C.1.1 GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - EDUCAÇÃO**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

### **C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice ‘C’**

Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta Fiscalização, o setor de educação da Origem obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

Este índice de avaliação foi obtido em razão da verificação de diversas ocorrências relacionadas ao setor, dentre as quais destacamos e transcrevemos as seguintes:

- *A Prefeitura Municipal possui mais de 39,53% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE;*
- *Os profissionais de creche da rede municipal não participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação;*
- *A Prefeitura Municipal não fez pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2020;*
- *A Prefeitura Municipal possui mais de 21,74% do quadro de professores de Pré-Escola como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE (até 10%);*
- *A Prefeitura Municipal informou que os profissionais de Pré-Escola da rede municipal não participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020;*
- *Não houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos das Pré-Escolas municipais no ano de 2020;*
- *A Prefeitura Municipal não fez pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de Pré-Escolas em 2020;*



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



- *A Prefeitura Municipal informou que há alunos de Pré-Escola que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, mas não houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino;*
- *A Prefeitura Municipal informou que os profissionais dos Anos Iniciais da rede municipal não participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020;*
- *O Prefeitura Municipal possui 13,79% do quadro de professores dos Anos Iniciais como temporários, índice superior aos 10% recomendados pelo Conselho Nacional de Educação – CNE;*
- *Não houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2020;*
- *Não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2020;*
- *A Prefeitura Municipal não atingiu a meta do IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano da última avaliação;*
- *A Prefeitura Municipal informou que não realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano) no ano de 2020;*
- *A Prefeitura Municipal informou que os profissionais dos Anos Finais da rede municipal não participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020;*
- *A entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental no ano de 2020 foi realizada após 15 dias do início das aulas;*
- *Não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Finais do Ensino Fundamental em 2020;*
- *A Prefeitura Municipal não atingiu a meta do IDEB para os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) no ano da última avaliação;*
- *A Prefeitura Municipal não atingiu a meta estabelecida no PNE para os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) no*





**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



*IDEB 2019 (5,2);*

↪ *A Prefeitura Municipal não realizou pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) escolar em 2020;*

↪ *Apenas um dos 13 estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2020;*

↪ *Seis das 13 unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.) em dezembro de 2020;*

↪ *A Prefeitura Municipal possui apenas dois nutricionistas para atendimento de 4.192 alunos das redes municipal e estadual de ensino infantil e fundamental, quantidade inferior aos quatro recomendados pelo Conselho Federal de Nutricionistas;*

↪ *A Prefeitura Municipal não (re)elaborou o currículo da rede municipal de ensino adequando-se às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contrariando o artigo 12 da Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;*

↪ *O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não realizou reuniões no ano de 2020;*

↪ *O Conselho de Alimentação Escolar não elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos;*

Ademais, sob amostragem, não constatamos outras ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## **PERSPECTIVA D: SAÚDE**

### **D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE**

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:



**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	22,80%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	22,80%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	22,51%

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

### **D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE**

#### **D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS**

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	2073
Número de casos em análise da Covid-19	14
Número de casos descartados da Covid-19	1623
Número de casos confirmados da Covid-19	845
Número de casos recuperados da Covid-19	795
Número de óbitos confirmados de Covid-19	33
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	2
Número de leitos na enfermaria existentes	4
Número de leitos na enfermaria ocupados	0
Número de leitos na UTI existentes	0
Número de leitos na UTI ocupados	Prejudicado

/

#### D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	Sim
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA

O município não implantou hospital de campanha no exercício em exame.

#### D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS

A Origem informou ter recebido do Governo Estadual dez respiradores (ventiladores pulmonares), da marca Eternity, modelo SH300S, no valor total de R\$ 2.104.000,00, os quais foram integralmente destinados à Santa Casa de Misericórdia local.

A análise dos equipamentos médico-cirúrgicos recebidos para enfrentamento à pandemia da Covid-19, realizada sob amostragem por esta Fiscalização, não revelou ocorrências dignas de nota.



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



#### D.1.1.5. AQUISIÇÕES, CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

Descrição	Sim / Não / Prejudicado
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/2020, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não

*\*itens 16, 17 e 18 do questionário de gestão de enfrentamento da Covid-19 referente ao mês de dezembro de 2020, inserido no evento 38.2 do TC. TC-014203.989.20-7*

Das contratações realizadas, sob amostragem, constatamos o descrito nos itens seguintes.

##### D.1.1.5.1. DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS

Apuramos que a Origem, para enfrentamento à pandemia da Covid-19, adquiriu os equipamentos médico-cirúrgicos abaixo relacionados:

Contratado	Equipamento	Valor (R\$)	NE
Allma Motor Comercio de Veiculos Ltda	01 Ambulância do tipo D – UTI móvel	195.000,00	8489
Fraga Produtos Medicos Hospitalares Ltda	10 camas hospitalares tipo Fawler elétrica	93.870,00	7356
J. Ribeiro Comercio Atacadista Ltda	2 monitores multiparâmetros tipo II	38.980,00	6971
Comercial Soares e Mota Ltda	1 cardioversor	27.700,00	6974
Alfa Med Sistemas Medicos Ltda	8 monitores multiparâmetros tipo I	103.920,00	7358
Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares	10 bombas de infusão peristáltica linear e 20 bombas de seringa	180.000,00	6973

Vale registrar que, dentre às aquisições acima, foi autuado o



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



processo seguinte para específico tratamento da contratação

<b>Contratada</b>	Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Medicos e Hospitalares S.A. CNPJ 02.357.251/0001-53	
<b>Objeto</b>	Aquisição de equipamentos hospitalares para implantação de leitos de UTI – COVID-19.	
<b>Relator</b>	Conselheiro Dr. Antônio Roque Citadini	
<b>Processo nº</b>	TC-027646.989.20-2	Contrato 90/2020
<b>Conclusão da Fiscalização</b>	Regularidade	
<b>Processo nº</b>	TC-000114.989.21-3	Acompanhamento da Execução
<b>Datas das visitas</b>	19.01.2021	
<b>Última conclusão da Fiscalização</b>	Regularidade	
<b>Outras observações</b>	-	
<b>Decisão</b>	Em trâmite	
<b>Publicação DOE</b>	Prejudicado	
<b>Trânsito em julgado</b>	Prejudicado	

Por seu turno, no que tange às aquisições, em geral, informamos que foi autuado o processo seguinte para específico tratamento da contratação:

<b>Contratada</b>	Marluce Roberta Faustino Tassi (CNPJ 22.595.182/0001-23)	
<b>Objeto</b>	Aquisição de insumos de necessidades básicas para área da saúde (álcool em gel 70%, sabonete líquido neutro e papel interfolhado branco), devido ao enfrentamento da crise diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).	
<b>Fonte de Recursos</b>	Estadual	
<b>Relator</b>	Conselheiro Dr. Dimas Ramalho	
<b>Processo nº</b>	TC-013863.989.20-8	Contrato nº 52/2020
<b>Conclusão da Fiscalização</b>	Pela irregularidade, haja vista a ausência de elaboração de prévio empenho da despesa, em afronta ao artigo 60 da Lei nº 4.320/64 bem como pela fixação do prazo contratual acima de 06 meses, em desconformidade com o artigo 4º-H da Lei nº 13.979/20 e com artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93;	
<b>Processo nº</b>	TC-014091.989.20-2	Acompanhamento da Execução
<b>Datas dos acompanhamentos</b>	17.07.2020 e 26.03.2021	
<b>Última conclusão da Fiscalização</b>	Execução considerada regular pela Fiscalização;	
<b>Outras observações</b>	-	
<b>Decisão</b>	Em trâmite	
<b>Publicação DOE</b>	Prejudicado	
<b>Trânsito em julgado</b>	Prejudicado	



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



#### **D.1.1.5.2. DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS**

Quanto às contratações de serviços, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

#### **D.1.1.5.3. DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTRATADOS**

Informamos que o Município não contratou obras nem serviços de engenharia para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

#### **D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR**

##### **D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS**

Quanto aos repasses efetuados, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

#### **D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice ‘B’**

Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de saúde da Origem obteve índice ‘B’ de avaliação, que indica que o Órgão alcançou efetivo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

Por outro lado, em que pese o efetivo nível de adequação acima mencionado, verificamos algumas ocorrências relacionadas ao setor, dentre as quais destacamos e transcrevemos as seguintes:

↳ *Nenhuma das 13 unidades municipais de saúde (estabelecimentos físicos) possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), conforme Decreto Estadual nº 63.911, de 2018 e Lei nº 6.437, de 1977;*

↳ *Todas 13 unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica,*





**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



*substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2020;*

↪ *A Prefeitura Municipal informou que a forma de registro de frequência dos médicos e dos enfermeiros não é eletrônica;*

↪ *A Prefeitura Municipal não realiza a gestão do estoque dos insumos utilizados como meios de diagnóstico laboratorial para as doenças sob monitoramento epidemiológico de interesse da Vigilância em Saúde, contrariando o inciso XIV do artigo 11 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.378, de 09 de julho de 2013;*

↪ *Não houve utilização de sistema informatizado de regulação com oferta de alguns serviços da gestão municipal, contrariando o inciso IX do Anexo I da Deliberação CIB (Comitê Intergestores Bipartite) nº 6, de 08 de fevereiro de 2012;*

↪ *A Prefeitura Municipal informou que o Complexo Regulador Municipal não possui Central de Urgência nem Central de Internações;*

↪ *Não há componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), em desacordo com o §2º do artigo 6º da Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993;*

↪ *Houve desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês de 46 dos 240 itens de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica presentes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais, contrariando o artigo 98 do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017;*

Ademais, sob amostragem, não constatamos outras ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## **PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL**

### **E.1. IEG-M – I-AMB – Índice ‘C’**

Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de gestão ambiental obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.



**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



Este índice de avaliação foi obtido em razão da verificação de diversas ocorrências relacionadas ao setor, dentre as quais destacamos e transcrevemos as seguintes:

- ↪ Os objetivos estratégicos e metas ambientais não estão materializados no PPA nem na LOA;
- ↪ A Prefeitura Municipal informou que não participa de nenhum Programa de Educação Ambiental, contrariando o inciso VI do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999);
- ↪ Não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município;
- ↪ Não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez;
- ↪ Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem;
- ↪ Não existem metas de tratamento nem de coleta de esgoto definidas, contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
- ↪ Não há periodicidade na coleta seletiva realizada no Município;
- ↪ Nem todas as regiões do Município são atendidas pela coleta seletiva, contrariando os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (artigo 7º, incisos II e X, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);
- ↪ A Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002.

Ademais, sob amostragem, não constatamos outras ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



## **PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE**

### **F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice ‘C’**

Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de proteção ao cidadão obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

Este índice de avaliação foi obtido em razão da verificação de diversas ocorrências relacionadas ao setor, dentre as quais destacamos e transcrevemos as seguintes:

- ↪ *A Prefeitura Municipal informou que não há qualquer tipo de recursos específicos destinados a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC;*
- ↪ *A Prefeitura Municipal informou que não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado;*
- ↪ *A Prefeitura Municipal não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso V, da Lei Federal nº 12.608/12;*
- ↪ *A Prefeitura Municipal não realiza identificação e mapeamento das áreas de risco de desastre, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;*
- ↪ *A Prefeitura Municipal não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil;*
- ↪ *A Prefeitura Municipal não possui um estudo de avaliação da segurança das escolas e centros de saúde, contrariando o disposto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;*
- ↪ *A Prefeitura Municipal não possui um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres;*

Ademais, sob amostragem, não constatamos outras ocorrências

dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

#### **G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

##### **G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19**

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SIM / NÃO / PREJUDICADO</b>
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura <i>link</i> ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as receitas para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do município?	Sim
As receitas destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audep nº 28/2020?	Sim
Os dados com as despesas para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais despesas municipais?	Sim
As despesas para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Sim
As despesas destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audep nº 28/2020?	Sim
As despesas para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



## **G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Como demonstrado no item B.1.5 – “Precatórios” deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp.

## **G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice ‘C’**

Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o Setor de Governança de Tecnologia da Informação obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP.

Este índice de avaliação foi obtido em razão da verificação de diversas ocorrências relacionadas ao setor, dentre as quais destacamos e transcrevemos as seguintes:

- *A Prefeitura Municipal não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação;*
- *A equipe de TI não participa da comissão de julgamento das compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação;*
- *A Prefeitura Municipal informou que não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro;*
- *A Prefeitura Municipal não dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório;*
- *A Prefeitura Municipal informou que não regulamentou a Lei de Acesso à Informação, contrariando artigo 45 da Lei Federal nº 12.527/11;*
- *O site da Prefeitura Municipal não possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto;*
- *O site da Prefeitura Municipal não disponibiliza*



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



*acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência;*

⇒ *A solicitação por meio do e-SIC não é simples, ou seja, exige itens de identificação do requerente que dificultam ou impossibilitam o acesso à informação;*

⇒ *Não há integração entre o sistema de contabilidade e o sistema de dívida ativa, ou seja, na inscrição em dívida ativa, o lançamento não é automaticamente contabilizado nos Balanços da Prefeitura Municipal;*

⇒ *A Prefeitura Municipal informou que não oferece os seguintes serviços digitais: alvarás, licenças de funcionamento, certidões, licenças, autorizações, solicitação de serviços de zeladoria e solicitação de obras e serviços de urbanização;*

⇒ *A Prefeitura Municipal ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);*

⇒ *A Prefeitura Municipal não designou um encarregado para o tratamento de dados pessoais (DPO);*

Ademais, sob amostragem, não constatamos outras ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## **PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

Tendo em vista as análises realizadas, bem como as informações prestadas pela Origem ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal, devidamente validadas por esta Fiscalização, indica-se que o Município em apreço poderá não atingir as seguintes metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS:

#### **ODS 3 - Boa saúde e bem estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades**

⇒ *Meta 3.c - Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o*





**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



*recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;*

O município não possui Plano de Carreira, Cargos e Salários específico elaborado e implantado para seus profissionais de saúde (ref. questão nº 14 do I-Saúde).

↪ *Metas 3.4 e 3.5 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar e reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;*

Nem todos os serviços assistenciais ofertados pelo CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estão disponibilizados no sistema de regulação municipal (ref. questão nº 24.5.3 do I-Saúde).

↪ *Meta 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;*

O Município não possui serviços de atenção pré-hospitalar e Central Samu 192 nem integra Central Samu 192 de abrangência regional (ref. questão nº 40 do I-Saúde).

↪ *Meta 3.9 - Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo;*

Não são realizados exames de acetilcolinesterase nos trabalhadores que utilizam inseticidas organofosforados e carbamatos nas atividades de controle vetorial (ref. questão nº 55 do I-Saúde).

**ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos**

↪ *Meta 4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em*



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



*desenvolvimento;*

Os profissionais dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) da rede municipal não participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020 (ref. questões nº 3.10 e 4.10 do I-Educ).

✎ *Meta 4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;*

O Município não realiza exame de seleção para ingresso em alunos nas escolas municipais, não possui seu próprio indicador de qualidade de ensino nem utilizou nenhum programa, atividade ou projeto específico que desenvolvesse as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal (ref. questões nºs 3.16, 3.21, 4.20 e 15 do I-Educ).

Não houve entrega do material didático (livros, apostilas etc.) nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Também não foi disponibilizado uniforme escolar aos alunos dos anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental em 2020 (ref. questões nº 3.19, 3.20 e 4.19 do I-Educ).

Por fim a Prefeitura Municipal não fez uma pesquisa para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2020 nem realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano e Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano) (ref. questões nºs 3.24, 3.33 e 4.32 do I-Educ).

✎ *Meta 4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;*

O município não possui o Plano Municipal pela Primeira Infância (ref. questão nº 17 do I-Educ).

✎ *Meta 4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;*



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



O Município não possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying e não participa de nenhum Programa de Educação Ambiental (ref. questões nºs 2 do I-Amb e 3.17 do I-Educ).

### **ODS 6 - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos**

↳ *Metas 6.4 e 6.5 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água e implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;;*

Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem (ref. questão nº 8 do I-Amb).

### **ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis : Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

↳ *Meta 11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;*

O Município não identifica e mapeia as áreas de risco de desastres, não possui Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil, não possui um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres e não possui um estudo de avaliação atualizado da segurança de todas as escolas e centros de saúde (ref. questões nºs 3, 5, 6 e 7 do I-Cidade).

↳ *Meta 11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;*

O Município não elaborou seu Plano de Mobilidade Urbana e não possui ciclovias (ref. questões nºs 8 e 11 do I-Cidade).



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



➡ *Meta 11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;*

O Município não capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil, não promove treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil e não realiza ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias (ref. questões nºs 2.1, 2.2 e 2.3 do I-Cidade).

O Município não identifica nem mapeia as áreas de risco de desastres, não possui Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil, não possui um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres e não possui um estudo de avaliação atualizado da segurança de todas as escolas e centros de saúde (ref. questões nºs 3, 5, 6 e 7 do I-Cidade).

➡ *Meta 11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;*

O Município não instituiu a Lei da Queimada Urbana (ref. questão nº 4 do I-Amb).

➡ *Meta 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;*

O Município não elaborou seu Plano de Mobilidade Urbana (ref. questão nº 8 do I-Cidade).

### **ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**

➡ *Meta 12.8 - Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza;*

A Prefeitura não dispõe de um centro ou espaço de educação ambiental nem participa de nenhum Programa de Educação Ambiental (ref.



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



questões nº 2 e 1.3.1 do I-Amb).

### **ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos**

↪ *Meta 13.3 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima;*

O Município não participa de nenhum Programa de Educação Ambiental (ref. questão nº 2 do I-Amb).

### **ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade**

↪ *Meta 15.2 - Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;*

O município não instituiu a Lei da Queimada Urbana (ref. questão nº 4 do I-Amb).

### **ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis**

↪ *Meta 16.6 e 16.7 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis e garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;*

A Origem não realiza coleta de sugestões pela internet para a elaboração das peças orçamentárias, não disponibiliza mecanismos de acompanhamento da execução das demandas originárias de participação popular, não regulamentou e nem instituiu o Conselho de Usuários (ref. questões nºs 3, 4 e 22 do I-Planejamento).

A Prefeitura Municipal não possui um plano diretor de tecnologia da informação vigente, não dispõe de uma política de segurança da informação





**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



formalmente instituída e de cumprimento obrigatório nem regulamentou legislação local sobre acesso à informação (ref. questões nºs 2, 3 e 4 do I-Gov TI).

### **ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**

↳ *Meta 17.8 - Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação;*

A Prefeitura Municipal não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente - (ref. questão nº 2 do I-Gov TI).

## **H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES**

Estão referenciados ao presente processo de contas anuais, os seguintes protocolados:

1	Número:	TC-020210.989.20-8
	Interessado:	José Ricardo Rodrigues Mattar, Prefeito Municipal de Igarapava
	Objeto:	Ofício nº. 516/2020, datado de 21/08/2020, por meio do qual envia Declaração de Regularidade quanto à Divulgação da Execução Orçamentária e Financeira por Meio Eletrônico de Acesso ao Público e de Informações Pormenorizadas, para conhecimento.
	Procedência:	Prejudicado (trata-se de simples informação) - Arquivado

Trata-se o presente protocolado de Ofício nº. 516/2020, datado de 21/08/2020 e subscrito pelo Senhor José Ricardo Rodrigues Mattar, Prefeito Municipal, por meio do qual envia, para conhecimento, declaração de regularidade quanto à divulgação da execução orçamentária e financeira por meio eletrônico de acesso ao público e de informações pormenorizadas relativas à receita e à despesa, em atendimento ao disposto no art. 73-C da LRF.

Conforme determinação do Exmo. Conselheiro Dr. Sidney Estanislau Beraldo, inserida no evento 13 do referido expediente eletrônico, a documentação serviu de subsídio para a instrução deste processo de contas anuais e, atualmente já se encontra arquivado.





## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



2	Número:	TC-010532.989.21-7
	Interessado:	Instituto de Previdência Municipal de Igarapava - Previgarapava
	Objeto:	Ofício nº 030495/2021, de 22 de abril de 2021. Processo DEPRE nº 9002032-13.2019.8.26.0500/03 Ent. Devedora: Previgarapava - Instituto de Previdência Municipal de Igarapava. Assunto: Sanções Art. 104 do ADCT. Encaminha a r. Decisão para as providências cabíveis. Subscrito pelo Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos DEPRE Dr. Wanderley Federighi.
	Procedência:	Sim

Trata-se o presente protocolado de Ofício nº 030495/2021, de 22/04/2021, expedido no processo DEPRE nº 9002032-13.2019.8.26.0500/03, por meio do qual encaminha decisão subscrita pelo Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos – DEPRE, Dr. Wanderley Federighi, para as providências cabíveis, inclusive aplicação das sanções previstas no art. 104 do ADCT em relação à entidade devedora (Instituto de Previdência Municipal de Igarapava).

Segundo apurado, o “Prev Igarapava”, autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Igarapava, instado a providenciar o depósito referente a insuficiência do mapa orçamentário de 2020 (R\$ 175.870,09 em 11.03.2021), ficou-se inerte, incorrendo assim em mora e sujeitando-se à imposição das sanções previstas nos incisos I, II, III, IV e parágrafo único do art. 104 do ADCT.

Por esta razão, foi instaurado, de ofício, procedimento que culminou no sequestro de montante equivalente a R\$ 177.805,12 (valor atualizado em 30/04/2021) das contas da Prefeitura Municipal de Igarapava, devedora subsidiária da autarquia supramencionada, tendo sido, por conseguinte, determinado o cancelamento de todas as medidas punitivas anteriormente impostas.

Conforme determinação do Exmo. Conselheiro Dr. Sidney Estanislau Beraldo, inserida no evento 17 do referido expediente eletrônico, a documentação serviu de subsídio para a instrução deste processo de contas anuais e, atualmente já se encontra arquivado.

/

/

/

/



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



3	Número:	TC-004970.989.21-6
	Interessado:	Emerson Antonio Galvão, Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava
	Objeto:	Em petição de 15/02/2021, comunica possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Igarapava, relativas à gestão do SUS.
	Procedência:	Não

Trata-se o presente protocolado de denúncia encaminhada pelo Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava, Sr. Emerson Antônio Galvão em que comunica possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Igarapava, relativas à gestão do SUS.

Em apertada síntese, alega o denunciante que o Prefeito Municipal, Sr. José Ricardo Mattar, o ex-Diretor do Departamento de Saúde, Sr. Murilo Santos, o atual interventor, Sr. Marcelo Ormeneze e o ex-Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Getúlio Pereira, agiram em comunhão de interesses para forjar uma intervenção na Santa Casa de Igarapava e passar a utilizar referida unidade hospitalar como “mecanismo para promoção de sua futura candidatura”.

Asseverou ainda que, após a intervenção, a entidade passou a receber repasses de convênios sem prévia análise, as prestações de contas não estariam mais sendo regularmente apresentadas, todas as certidões de regularidade fiscal estariam vencidas, a equipe de fiscalização instituída pela Prefeitura jamais teria efetivamente atuado e, por fim, que um sistema de favorecimento na aplicação de vacinas (“fura-fila”) teria sido identificado.

De nossa parte, informamos que, em consulta à página eletrônica do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo<sup>14</sup>, apuramos que, em decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Igarapava em 15.02.2021 nos autos do processo eletrônico nº 1001390-77.2019.8.26.0242, a intervenção foi judicialmente cancelada, tendo ainda sido determinado ainda que “a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava, por meio de sua mesa diretora, se abstenha de impedir, por qualquer meio, a efetivação da requisição administrativa instrumentalizada no Decreto Municipal n.º 3.157/2019”.

Verificamos ainda que este entendimento foi ratificado em sede de Mandado de Segurança impetrado pelo próprio nosocômio (processo nº 1001090-18.2019.8.26.0242) e indeferido em 15.10.2019.

<sup>14</sup> <https://www.tjsp.jus.br/Processos>



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Também carece razão ao denunciante quanto à suposta ausência de prestações de contas, uma vez que, em consulta ao Sistema de Repasses ao Terceiro Setor – SisRTS, localizamos registros e documentações relativas a onze repasses efetuados à entidade em 2019 e outros nove repasses ao longo do exercício em apreço.

Neste mesmo sentido, não deve prosperar a alegação de ausência de certidões válidas, uma vez que, em consulta aos portais eletrônicos da Caixa Econômica Federal, da Receita Federal e do Ministério da Fazenda, obtivemos Certidões Positivas com efeitos de Negativa para recolhimentos ao FGTS, tributos federais e dívida ativa da União.

Por fim, a acusação de suposto favorecimento na distribuição de vacinas (“fura-fila”) foi apresentada pelo denunciante sem qualquer documentação que corroborasse a narrativa nela contida.

Destarte, considerando todos os esclarecimentos acima expostos, entendemos que as denúncias apresentadas pelo Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava, Sr. Emerson Antônio Galvão e contidas no expediente TC-004970.989.21-6 devem ser consideradas improcedentes.

Conforme determinação do Exmo. Conselheiro Dr. Sidney Estanislau Beraldo, inserida no evento 18 do referido expediente eletrônico, a documentação serviu de subsídio para a instrução deste processo de contas anuais e, atualmente já se encontra arquivado.

### **H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal.

Por outro lado, no que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados<sup>15</sup>, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as relativas à adoção de medidas necessárias com vista à melhoria dos índices atribuídos à formação do IEG-M,

<sup>15</sup> TC-006661.989.16 (contas de 2017) e TC-004418.989.18 (contas de 2018);



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



à redução das alterações orçamentárias e à adequação do grau de escolaridade exigido para provimento dos cargos em comissão.

### SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	8,96%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	6,40%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	DESFAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	NÃO
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	42,49%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da LRF?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	26,25%
ENSINO - Fundeb aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	77,14%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31/03 do exercício subsequente?	PREJUDICADO
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	22,80%

### CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:



**Unidade Regional de  
Ituverava – UR.17**



## **A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice ‘C+’**

➤ Constatamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o Setor de Planejamento da Origem obteve índice ‘C+’ de avaliação, que indica que o Órgão está em fase de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP e que necessita de aprimoramento nesta área de atuação da Administração;

### **B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

➤ Verificamos a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em valor correspondente a 28,90% da despesa inicialmente fixada pela Lei Orçamentária Anual, índice que, s.m.j., ratifica o baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;

### **B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO**

➤ Ademais, considerando o índice de liquidez imediata de apenas 0,8295, denota-se que a Prefeitura não possui liquidez suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo em montante equivalente a 5,28% de sua Receita Corrente Líquida;

### **B.1.5. PRECATÓRIOS**

➤ Os valores relativos a precatórios contabilizados pela Origem em seu balancete e em seu balanço patrimonial divergem daqueles disponibilizados no Mapa Anual de Precatórios do Conselho Nacional de Justiça;

➤ Além disso, os valores contabilizados no balanço patrimonial também não equivalem ao apresentado no Mapa de Precatórios informado pela Origem ao Sistema Audep em relação ao exercício de 2020, ocorrência que, além de ratificar a falta de fidedignidade dos valores contabilizados, ainda configura ofensa aos princípios da Transparência Fiscal e da Evidenciação Contábil;

➤ Em que pese os levantamentos técnicos efetuados pelo DEPRE tenham apurado a suficiência dos depósitos efetuados pela Origem nas contas do TJSP em 2020, nossos cálculos indicam que os recolhimentos efetuados ao longo do exercício em apreço somaram um montante R\$ 136.059,23 inferior ao necessário para atingimento da alíquota da Receita Corrente Líquida Mensal do Município estabelecida no período;



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



### B.1.6. ENCARGOS

➤ A Origem deixou de recolher as parcelas de março a dezembro relativas a aportes financeiros para equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, previstos no Decreto nº 2.211/20, totalizando um saldo não quitado no exercício de R\$ 6.148.557,50, que sequer foi empenhado;

### B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

➤ A Origem deixou de contabilizar como despesa de pessoal montante equivalente a R\$ 3.022.180,51 decorrente de contratações que se caracterizam como terceirização de mão de obra, pois podem ser descritas como simples substituição de servidores públicos por profissionais da saúde e equipes de apoio para executarem atividades rotineiras e de natureza permanente, pertencentes à atividade-fim da Prefeitura;

### B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

➤ Contrariando posicionamento deste Tribunal de Contas, bem como orientação traçada no item “8” do Comunicado SDG nº 32/2015, dos 37 cargos de livre nomeação e exoneração previstos na legislação municipal pertinente, apenas para os cargos de assessor de comunicação e de assessor de gabinete são exigidos formação de nível superior aos interessados, estabelecendo-se, para os demais, tão somente a conclusão do ensino médio;

### B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice ‘C’

➤ Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta Fiscalização, o Setor Fiscal da Origem da Origem obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;

### C.1. APLICAÇÃO NO ENSINO

➤ Contabilização como aplicação no ensino com recursos próprios de despesas não amparadas pelas finalidades elencadas pelo art. 70 da LDB, tais como uniformes e merenda escolar;

➤ A Origem deixou de quitar até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte, montante equivalente a R\$ 250.576,82 referentes a restos a pagar de despesas contabilizadas como aplicação no ensino;





## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



➤ Conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019;

### **C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice ‘C’**

➤ Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta Fiscalização, o Setor de Educação da Origem da Origem obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;

### **D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice ‘B’**

➤ Não obstante, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta Fiscalização, o setor de Saúde da Origem tenha obtido índice ‘B’ de avaliação, que indica efetiva adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP, foram verificadas ocorrências que indicam a necessidade de aprimoramento nesta área;

### **E.1. IEG-M – I-AMB – Índice ‘C’**

➤ Verificamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de gestão ambiental obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;

### **F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice ‘C’**

➤ Constatamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de proteção ao cidadão obteve índice ‘C’ de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;

### **G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

➤ Como demonstrado no item B.1.5 – “Precatórios” deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp;

### **G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice ‘C’**

➤ Constatamos que, após a validação do Índice de Efetividade da Gestão efetuada por esta fiscalização, o setor de Governança de Tecnologia da



## Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Informação da Origem obteve índice 'C' de avaliação, que indica baixo nível de adequação às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-M/TCESP;

### **H.1. Perspectivas de atingimento das metas propostas pela Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS)**

➡ Tendo em vista as análises realizadas, bem como as informações prestadas pela Origem ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal, devidamente validadas por esta Fiscalização, indica-se que o Município em apreço poderá não atingir algumas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS;

### **H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

➡ No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados e com trânsito em julgado até 2020, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu recomendações desta E. Corte de Contas;

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.17 – Ituverava, 05 de outubro de 2021.

**Júlio César Coutinho Nahuz**  
**Agente da Fiscalização**